



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA	CONTATOS
Conselho Empresarial do Ave e do Cávado (CEDRAC) <ul style="list-style-type: none">➤ João Albuquerque (Presidente)➤ Sérgio Mano	<ul style="list-style-type: none">➤ Fernando Virgílio Macedo (Vice-Presidente)➤ Joel Sá (PSD)➤ Fernando Jesus (PS)➤ Pedro Coimbra (PS)➤ Heitor de Sousa (BE)	7 de março de 2017 Gravada	
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados		
<ul style="list-style-type: none">➤ O Presidente da CEDRAC começou por entregar aos Deputados um documento de enquadramento e propostas relativos ao desenvolvimento empresarial na região do Ave e do Cávado, tendo referido o conjunto de projetos que a CEDRAC tem implementado vocacionados para as pequenas e micro empresas e dado conta da dificuldade que elas enfrentam. Destacou também o facto de a região do Ave e do Cávado terem evidenciado a sua potencialidade e a capacidade de enfrentar desafios, de forma voluntária, com uma quase total ausência de recursos financeiros nacionais e europeus.➤ O Presidente da CEDRAC referiu que esta região tem cerca de 80 000 unidades empresariais, cuja dimensão corresponde a pequenas e micro empresas, bem como a dificuldade que têm em aceder à indústria 4.0 e à digitalização da indústria, por não haver recursos nessas empresas para o fazer e por, devido à sua dimensão, não terem acesso aos fundos comunitários.➤ Abordou também a vertente da formação profissional e das verbas gastas	<ul style="list-style-type: none">➤ Deputado Joel Sá (PSD) – após cumprimentar os representantes da CEDRAC, destacou o papel desta entidade na região, agradeceu a informação trazida e questionou sobre a formação, tendo feito referido que as empresas de têxtil têm muita dificuldade em contratar quem tenha formação na área e que o mesmo problema se colocava noutras áreas. Referiu que a indústria já não tinha o estigma de trabalho pesado como antigamente, questionou sobre quais as dificuldades que enfrentavam, sobre a existência de bancos de horas e a sua importância, quais os principais constrangimentos e custos de contexto que enfrentavam, bem como o que era importante ser feito em termos fiscais.➤ Deputado Fernando Jesus (PS) – cumprimentou os representantes da CEDRAC e afirmou que o PS se revia, em geral, nas preocupações transmitidas por aquela entidade, em especial a questão de acesso aos fundos comunitários. Referiu que o atual quadro comunitário tinha sido negociado pelo Governo anterior e era importante conhecer a realidade para se pensar em renegociá-lo. Concluiu, realçando a importância do		



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

<p>no âmbito do Ministério da Educação para os cursos profissionais, desviando dinheiro do quadro comunitário para formação e que é necessário para a formação de empresários.</p>	<p>documento entregue e questionando se tentaram reunir com o Ministro da Economia ou o do Planeamento e das Infraestruturas.</p> <p>➤ Heitor de Sousa (BE) – após cumprimentar os representantes da CEDRAC, agradeceu o documento entregue e realçou a quota-parte de responsabilidade dos empresários e trabalhadores na recuperação da atividade económica daquela região. Referiu decisões do Governo quanto à distribuição e gestão dos fundos comunitários e questionou sobre a relação das empresas desta região com a CCDR Norte, sobre a relação com o Governo e a possibilidade de introduzir, na matriz que já foi definida para o Portugal 2020, algumas das necessidades que foram elencadas neste documento junto do Ministério da Economia, nomeadamente no programa sobre capitalização das empresas.</p>
O que pretendem ver regulamentado	
<p>➤</p>	
Respostas às questões dos Deputados:	
<p>➤ O Presidente da CEDRAC afirmou que considerava que os Deputados tinham um poder imenso de fazer “caixa-de-ressonância” das estruturas locais e regionais, estejam na maioria ou na oposição, pelo conhecimento que têm das regiões.</p> <p>➤ Reafirmou que em Portugal existem, acima de tudo, micro empresas, às quais não se aplicam as medidas para as PME. Defendeu que havia dois agentes que não tinham sido chamados a fazer aquilo que podiam fazer melhor – as associações empresariais e as associações sindicais – e que havia medidas que estas podiam levar a cabo mas têm sido arredadas nos últimos anos (por exemplo, a formação profissional). A este propósito, deu o exemplo da ACIB, que tinha 495 jovens em formação para obtenção do 12.º ano, cerca de 85% desses jovens iam ter emprego no fim da formação e os restantes até 6 meses depois.</p> <p>➤ Expressou discordância a respeito da pretensão do Governo de descentralizar os recursos do quadro comunitário, considerando que municipalizar demais era prejudicial, pois as autarquias estavam a realizar ações que não eram da sua competência mas, sim, da competência das associações empresariais, o que leva</p>	



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

também à descoordenação entre os diferentes municípios. Afastar da execução do quadro comunitário as associações empresariais e ter terceiros a falar em nome das empresas vai ter custos muito grandes para o país. Considerou também que se estava num momento muito bom para se ir mais longe na revisão e correção das medidas.

- Destacou a nota negativa que, no documento entregue, se refere à AICEP e ao IAPMEI mas destacou também os casos de sucesso referidos a seguir no mesmo documento. Considerou o banco de horas essencial para a indústria, afirmando que nas empresas onde era aplicado com seriedade os trabalhadores não estavam descontentes.
- Abordou também a questão dos custos de contexto, que são muito altos para as pequenas e micro empresas e afirmou que as associações empresariais ajudam as empresas a resolver muitos problemas relacionados com os mesmos. Quanto à formação dos empresários, estes aceitam-na desde que seja ministrado por um agente que conheçam.
- Considerou um erro não apoiar o setor do comércio, pois este é fundamental para o emprego, é um setor estável, e, ao invés, apoiá-lo é apoiar o emprego, as cidades e o turismo.
- Quanto à CCDR Norte, considerou que deve ter um verdadeiro conhecimento do território, fugir à municipalização e perceber que reindustrializar significa investir nas estruturas de apoio da região.

Deputado Fernando Virgílio Macedo
Vice-Presidente da Comissão